(Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Donisete Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado João Antonio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Bezerra Junior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente nobre Deputado Rui Falcão, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, foi publicada hoje uma matéria na 'Folha de S. Paulo' que mostra que os professores da rede estadual de ensino que foram aprovados em concurso público assumiram seus cargos, começaram a trabalhar mas estão pedindo exoneração, desistindo porque não estão encontrando possibilidades de um trabalho pedagógico; estão sendo afetados por algo que todos nós conhecemos, ou seja, a superlotação de salas, falta de estrutura pedagógica material e humana, violência nas escolas, falta de projeto pedagógico na rede e tantas outras questões já levantadas por nós, pelas entidades do magistério.

Então, o professor presta concurso, vai entusiasmado para a rede trabalhar, mas percebe que de fato a rede está sucateada, degradada. Por isso estão desistindo, mesmo tendo sido aprovado em concurso de provas e títulos; são professores que estudaram muito porque o concurso é difícil, passaram pelo curso de formação de 4 meses e mesmo assim estão desistindo.

Isso mostra a falência da política educacional do governo estadual. O PSDB vem formulando esse tipo de política da destruição da rede estadual de ensino há pelo menos 16 anos. Esse fato é exemplar porque mostra para a sociedade que não há projeto pedagógico, não há projeto educacional no Estado de São Paulo.

Como se não bastasse essa notícia, acompanhei na semana passada a publicação dos resultados do Saresp, avaliação feita pela própria Secretaria Estadual de Educação das nossas 5.300 escolas. Os dados foram constrangedores. Tivemos acesso a eles, que inclusive foram publicados na grande imprensa. No ensino médio houve um recuo em 2 anos consecutivos e no ensino fundamental também, no 9º ano, houve um recuo. Ou seja, vivemos um verdadeiro retrocesso na área educacional no Estado de São Paulo. Isso, como eu disse, demonstra a falência da política educacional do PSDB neste estado.

Essa situação só pode ser revertida, em primeiro lugar, com mais investimentos na Educação, com a valorização do magistério estadual e de todos os servidores do Estado de São Paulo, principalmente os da área da Educação.

Temos que recuperar a carreira do magistério paulista, que tem que se tornar mais atrativa para quem está e para quem deseja ingressar. Para que isso ocorra o Estado tem de pagar salários dignos.

Estamos acompanhando algumas discussões sobre essa proposta da Secretaria de Educação de reformular o plano de carreira e o estatuto do magistério; acompanhamos com os professores nas escolas, com as entidades representativas do magistério e participei de algumas reuniões, de alguns encontros inclusive com o secretário da Educação. Temos de aproveitar essa oportunidade para de fato reformular o estatuto do magistério e, sobretudo, o plano de carreira que praticamente foi destruído nos últimos anos; foi achatado por conta da Lei 836, de 1997, formulada pela ex-Secretária Rose Neubauer. Houve uma redução de salários e da possibilidade de evolução da progressão funcional. Hoje temos uma carreira que não é atrativa, que não é valorizada e que tem levado o processo educacional para esse patamar sofrível. Tanto é que a rede estadual de ensino é considerada uma das piores do Brasil.

É a maior rede, com 5300 escolas, com quase 250 mil professores, é a rede de ensino com o maior orçamento entre as secretarias de ensino do país. No entanto, é uma das que oferece um dos piores níveis de ensino, porque não investe no magistério, não investe, sobretudo numa reforma educacional, nem plano estadual de educação temos no Estado de São Paulo. É uma vergonha. Vários municípios e estados já aprovaram seus planos, e o maior estado da federação não discutiu um plano estadual de educação para transformar a política educacional em política do estado, para não continuar sendo política de partido político, de governador ou de secretário.

Então, Sr. Presidente, quero fazer esse registro de que os professores que foram aprovados no concurso da rede estadual assumiram seus cargos, mas estão pedindo exoneração porque não estão encontrando possibilidades objetivas de desenvolver um trabalho pedagógico. Os resultados dessa nefasta e danosa política educacional estão refletindo nos dados do Saresp. Tivemos a diminuição das notas e dos resultados na área do ensino médio e no nono ano do ensino fundamental. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RUI FALCÃO - PT - Tem a palavra o nobre Deputado Alex Manente (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Vinholi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Capez. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre Deputado Rui Falcão. Na presidência. Tem a palavra o nobre Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Ary Fossen, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. ARY FOSSEN - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com uma alegria e uma satisfação muito grandes, e muita emoção, que volto a esta Casa depois de ter participado da 14ª legislatura desta Casa, quando tive a honra de ser incluído entre os 11 melhores deputados, bem como na 15ª legislatura nos períodos 2003/2204, tendo sido eleito, logo após, prefeito da minha cidade.

Quero cumprimentar as cidades da região da cidade de Jundiaí, que hoje é um polo de crescimento muito grande. As cidades do entorno cresceram, se desenvolveram, e temos um trabalho desde 2001 com outros deputados, Pedro Bigardi, Vanessa Damo, o vereador André e seu Partido Verde, em Louveira. Eles fundaram uma frente parlamentar para a criação da aglomeração urbana de Jundiaí e região.

Quero cumprimentar a cidade de campo limpo paulista, na pessoa do prefeito Armando Hashimoto, do PSDB; Cabreúva, Claúdio Antonio Giannini, do PMDB; Francisco Morato, que não é da nossa microrregião, é de são Paulo, antiga Belém, tem uma ligação muito forte com a cidade de Jundiaí, José Aparecido Bressani, do PT; Ocimar Poli, de Itupeva; Louveira, do PMDB; Eleutério Malerba, do PSDB, em Louveira; em Várzea Paulista, Eduardo Tadeu Pereira, grande amigo, grande companheiro, parceiro que fomos na administração de Jundiaí e Várzea Paulista, no mandato passado.

Essas cidades se desenvolveram e cresceram muito ao longo desses anos. A maioria delas foi bairros da nossa cidade, há 46 anos, distritos da Cidade de Jundiaí, que cresceram e se desenvolveram também com a antecipação. As cidades, com a emancipação, procuraram seus caminhos, os cidadãos idealistas também, políticos da época. E agora, felizmente, o Governador Geraldo Alckmin, nosso querido Governador, entendeu a importância da criação da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, já criada e entregue a um ex-colega nosso, Deputado Edson Aparecido, deputado federal agora. São 39 cidades em torno da Capital de São Paulo, mais de 20 milhões de habitantes. Embora exista projeto nesta Casa que cria a Região Metropolitana de São Paulo, não tínhamos até agora a oficialização, a regulamentação dessa sociedade.

Essa assinatura deverá ocorrer na próxima semana, um ato coletivo com os prefeitos da região, criando essa aglomeração urbana para que projetos comuns, conselhos sejam criados para o desenvolvimento regional. As cidades conurbadas, cidades limítrofes têm, muitas vezes, problemas comuns em diversas áreas, como em saneamento básico, transporte coletivo, planejamento e uso do solo, e tudo isso dificulta um bom projeto de desenvolvimento e crescimento. Em relação ao meio ambiente, temos a Serra dos Cristais, a Serra do Japi, onde há movimentos ambientalistas de longa data. Participei, em 1978, como vice-prefeito, do movimento que decretou o tombamento da Serra do Japi, a reserva biológica. Mas ao longo desses anos os prefeitos, o Estado, os municípios têm dificuldade, municípios pobres como Cabreúva, a própria Cajamar, Santana do Parnaíba, para manter uma vigilância severa sobre a Serra do Japi. E o Estado, com a Polícia Ambiental, não consegue dar conta de tudo.

Em Jundiaí, temos a Guarda Municipal Florestal, que ajuda, e a Serra do Japi, com muita luta, muito sacrifício tem sido preservada. Nesta Casa deveremos aprovar nos próximos meses a regularização da Região Metropolitana de São Paulo e a aglomeração urbana da nossa região. O Deputado Pedro Bigardi sabe que vai ser um avanço muito grande para a preservação, principalmente do meio ambiente da zona rural, que é grande ainda, apesar do crescimento de cidades como Louveira, Cabreuva, Itupeva, Campo Limpo, Várzea Paulista. E queremos participar dessa integração.

O Governador deve enviar o projeto na próxima semana para que seja discutido, e apresentadas as emendas. Teremos assim a primeira região, o primeiro aglomerado urbano do Estado de São Paulo. Muito obrigado, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE - RUI FALCÃO - PT - Tem a palavra o nobre Deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Olímpio Gomes.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PDT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários, telespectadores da TV Assembleia, equipe de profissionais de comunicação do CQC, sejam bem-vindos, e devem ter muito conteúdo nesta Casa para a edição do programa.

Sr. Presidente, assomo à tribuna para manifestar inicialmente a minha solidariedade às vítimas da violência, e neste caso personalizada neste final de semana no Deputado Jooji Hato, que foi vítima de assalto e violência física, tomando coronhadas. Deputado, infelizmente essa é a realidade da Segurança Pública que temos no Estado de São Paulo. Esse marketing mentiroso de governo, de dizer que o Estado de São Paulo atingiu um patamar de excelência na Segurança Pública, V. Exa. lamentavelmente sentiu na carne, literalmente, o quanto é duro ser vítima da violência e da criminalidade.

Quero dizer da minha preocupação quanto às manobras que foram realizadas nesta Casa para que não se instalassem Comissões Parlamentares de Inquérito, que identificariam, sem sombra de dúvida, desvio de dinheiro público, safadeza, locupletamento por pessoas da área pública, e tudo isso através de uma manobra da Mesa da Assembleia Legislativa, aliás, da Presidência, não posso dizer da Mesa porque V. Exa. é da 1ª Secretaria e tenho certeza de que não compactua, aliás, lutou para que a ordem cronológica das CPIs fosse exatamente a da chegada dos representantes dos partidos ou dos blocos.

No momento em que se tentava fazer o registro para a apuração de CPIs de desvios de dinheiro no Metrô, a farra dos pedágios no Estado de São Paulo, circunstâncias extremamente tenebrosas, na verdade provou-se nesta Casa, mais uma vez, que Governo que tem maioria não precisa se preocupar. Pode fazer o que quiser, o crime compensa no Estado de São Paulo. Se tiver a maioria da Assembleia Legislativa, a Assembleia, que é um órgão fiscalizador, não vai fiscalizar nada.

Quem está na máfia dos pedágios, na farra das empresas que são concessionárias de pedágios, que não podem fazer doação direta de campanha, mas as empresas que são coligadas a concessionárias podem tranquilamente. Então, não se vai apurar nada em CPI. Está-se fazendo a CPI para apurar o consumo de álcool no Estado de São Paulo, a CPI da gordura trans. Vejam onde os 680 milhões de reais da Assembleia Legislativa estão sendo carreados. É triste.

Vendo alguns escritos do saudoso Ruy Barbosa, começamos a observar que essa tristeza com o Legislativo, com a área política, não é uma novidade na nossa história. Em 1914, Ruy Barbosa, fazendo um discurso no Senado, já falava exatamente de um conteúdo que se aplica hoje como a verdade máxima no Congresso Nacional, aqui, na Assembleia Legislativa, com essas manobras para não se apurar nada, e fazer CPIs de faz-de-conta.

Na sexta-feira, inclusive eu propus a CPI do Fim do Mundo, considerando o filme "2012", considerando o tsunami do Japão. Vamos perder um tempo aqui apurando a CPI do Fim do Mundo. Aí ocupamos o espaço e é para ser motivo de gozação.

O discurso de Ruy Barbosa chama a atenção por ser cada vez mais presente na nossa realidade. Quando ele fala as pessoas começam a se envergonhar de serem honestas. E ele diz:

A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêem nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte, promove a desonestidade, promove a venalidade, promove a relaxação, insufla a cortesania, a baixeza, sob todas as suas formas.

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agitarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.

É triste, São Paulo. Mas a nossa Assembleia está rumando nesse caminho.

O SR. PRESIDENTE - RUI FALCÃO - PT - Tem a palavra o nobre Deputado José Cândido.

O SR. JOSÉ CÂNDIDO - PT - Sr. Presidente, Deputado Rui Falcão, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários, telespectadores da TV Assembleia, faço questão de vir à tribuna para falar um pouco sobre o dia 21 de março. A ONU, Organização das Nações Unidas, instituiu o dia 21 de março como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, em memória do massacre ocorrido na África do Sul. Era 21 de março de 1960, quando 20 mil negros faziam um protesto pacífico contra a Lei do Passe que obrigava a portar um cartão de identificação, especificando os locais por onde podia circular. Isso aconteceu na cidade de Johanesburgo, na África do Sul. Mesmo tendo sido uma manifestação pacífica, o Exército atirou para a multidão, e o saldo da violência foi de 69 jovens negros mortos e 186 feridos. Lá, como sabem, mais de 80% dos moradores da África do Sul eram brancos e menos de 20% eram negros. Isso num país africano onde os estrangeiros comandavam.

Essa violência foi também estendida ao militante Nelson Mandela. Depois de 27 anos preso, Nelson Mandela saiu da prisão, governou o país para brancos e negros e tentou promover a tão sonhada paz na África do Sul.

Parabéns, Nelson Mandela, pela sua atitude, pela sua sinceridade e pela sua vivência de pessoa solidária e cristã. Ninguém briga por nada e quando se manifesta é por alguma intolerância. O dia 21 de março também marca outras conquistas, que é a Independência da Etiópia, em 1975, e a da Namíbia, em 1990, ambos países africanos. É muito fácil identificar o que é discriminação racial. Existe a Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Normas de Discriminação Racial da ONU, ratificada pelo Brasil, em seu Artigo 1º, "A discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, na cor, na ascendência, na origem, na ética ou nacional ou com a finalidade ou efeito de impedir ou dificultar reconhecimento e ou exercício em base de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante registrar aqui esse acontecimento. Falei sobre os países africanos e se houver oportunidade ainda hoje falarei sobre o país africano chamado Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RUI FALCÃO - PT - Tem a palavra o nobre Deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Deputado Rui Falcão, 1º Secretário desta Casa, que sempre honrou esta cadeira que ocupou, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, público presente nas galerias do plenário, funcionários, assomo à tribuna no dia de hoje, decepcionado. Eu que sempre combati a violência. Sou médico de formação profissional, que fiz e aprovei na Cidade de São Paulo a Lei Seca, lei que controla a bebida alcoólica, lei que fecha os bares, fazendo com que diminuísse bastante a violência em Diadema. Depois de quatro anos em que aprovamos essa lei, a nobre Vereadora Maria Edite, ex-esposa do Prefeito José Augusto, de Diadema, implantou a lei, diminuindo em mais de 80% a violência.

Sempre cito Diadema, e não a cidade em que fui vereador por 28 anos, porque nós tivemos alguns resultados na Vila Madalena, na Praça Silva Romero, em Tatuapé ou em Moema, mas não tivermos um resultado tão impressionante como tivemos em Diadema.

Mas no sábado, anteontem, em Diadema, aproximadamente às 11 horas, eu fui assaltado. Sofri um assalto, uma agressão desnecessária, porque entregamos todos os nossos pertences, como relógios, carteiras, documentos, inclusive uma corrente de São Judas. Estávamos em 18 pessoas no Salão Comercial em Diadema. Colocaram-nos deitados, recebi uma coronhada, chutes, uma agressão sem motivo, porque todos nós entregamos os nossos pertences. Foram três indivíduos armados, e eu tinha como segurança, Deus, porque eu estava num carro particular, da minha esposa, e eu não estava com o motorista nem com um agente de segurança. E foi bom, porque estou vivo. Eu poderia não estar vivo, porque no sábado mesmo, assinaram no coração de São Paulo, na Rua 25 de Março, um comerciante de origem oriental, que entregou a bolsa, tudo, e sem motivo nenhum, segundo relato das testemunhas, mataram. É o sentimento da impunidade que faz com que eles puxem o gatilho.

Na hora em que o bandido estava com a arma na minha cabeça, pensei que chegou a minha hora. Não desejo isso para ninguém, nem para nenhum adversário, nem para o meu pior inimigo.

Eu estava lá com o meu filho médico - e tenho outro filho também médico. Tive muita sorte porque nessa hora ele estava na farmácia para pegar ataduras, medicamentos para doar a um time de futebol. Tive sorte porque, se o meu filho tivesse reagido vendo o pai sendo agredido, teria acontecido uma desgraça e talvez eu não estivesse neta tribuna no dia de hoje.

Precisamos reagir. Mataram o irmão do Deputado Mourad desta Casa. Há um ano, aproximadamente, também mataram o irmão do deputado federal, Walter Yoshi, lá em Diadema, na saída de um banco. No caso do irmão do Deputado Said Mourad foi há 15 dias, se a minha memória não falha. Eu ainda era vereador.

Quero dizer também ao Prefeito Ary Fossen que mora em Jundiaí, uma cidade pacífica e tranquila, que estamos aqui no caldeirão de fogo. Aqui na Grande São Paulo e São Paulo, quantas mortes serão necessárias ainda para tomarmos providência? Vamos continuar convivendo com esse grau radical de violência e não vamos fazer nada?

Temos que aplicar a tolerância zero em São Paulo, na Grande São Paulo e em algumas cidades violentas do Interior como, por exemplo, Campinas, que era uma cidade pacífica.

Deputado Major Olímpio, eu proponho melhorar o salário dos policiais, os aparelhos dos policiais, condições aos policiais e também fazer blitz com os armamentos porque certamente esses marginais estavam com armas não legalizadas, com armas roubadas, contrabandeadas, possivelmente com o número raspado. Não eram armas legais.

Aqueles que têm o porte de arma, que estão preparados para usá-la, que usem. Não precisamos tomar, não. Mas dos marginais tem que tomar, sim. É com a arma que eles matam. Não matam só os deputados, irmão de deputados. Matam todos de qualquer profissão: comerciante, engenheiro, médico, funcionário, jornalista. Eles matam todos em todos os lugares.

Sr. Presidente, Rui Falcão, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, proponho uma blitz para o desarmamento. É claro que combatemos a violência com educação, esporte, cultura, fazendo prevenção, também. Mas isso para aqueles que estão nascendo agora, crianças e adolescentes. Votarei à tribuna novamente para tratar deste assunto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RUI FALCÃO - PT - Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Cezar da Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Mentor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Tem a palavra a nobre Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Casa, povo de São Paulo, que Deus proteja, ilumine e abençoe todos que aqui estão.

Esta é a primeira oportunidade que tenho de vir a este plenário para o meu pronunciamento neste dia muito especial. Hoje é o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial e que o nobre Deputado José Cândido de forma brilhante acabou de explicar a importância deste dia.

Não precisaremos repetir essa história triste.

Ao longo destes anos sempre estive com o meu pandeiro na mão cantando um samba em algum canto deste País, mas o povo de São Paulo e as bênçãos de Deus permitiram que eu, na data de hoje, 21 de março de 2011, estivesse aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo com muita honra sendo a segunda mulher negra a ingressar neste Parlamento, já que a primeira foi a Deputada Theodosina, a Dra. Theodosina, a quem quero desejar tudo de bom.

As mulheres na Assembleia são poucas, mas são fortes em seus ideais. Faço questão de citá-las: Deputadas Ana do Carmo, Ana Perugini, Analice Fernandes, Célia Leão, Heroilma Tavares, Maria Lúcia Amary, Regina Gonçalves, Rita Passos, Telma de Souza e Vanessa Damo.

Sabemos de muitas tragédias por motivação racial: escravidão de africanos e indígenas nas Américas; o Holocausto que ceifou a vida de milhões de judeus.

Kofi Annan, último Secretário Geral da ONU, chama-nos a atenção para além das grandes tragédias, a denúncia da discriminação racial cotidiana: "insultos nas escolas; decisões de contratações em local de trabalho; cobertura seletiva dos crimes pelos meios de comunicação; desigualdades na prestação de serviços públicos. Inegável que este tipo de racismo cotidiano subsiste. Mas é escandaloso que ninguém o conteste".

O Art. 1º da Convenção Internacional da ONU diz que "discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública."

O racismo e a discriminação pelo critério de raça ainda estão entre os principais fundamentos que edificam nossa desigualdade social e econômica, pois cor e raça são elementos estruturantes de apropriação de bens, riquezas e oportunidades. Para 1% dos brasileiros mais ricos, 86,3% são brancos, 12% são pretos e pardos. Na pobreza isso inverte: 73,9% dos pobres são pretos e pardos e 25,5% são brancos.

O mapa da violência de 2011 mostra a cara do racismo: morrem 67,1% mais negros que brancos. O movimento negro denuncia o genocídio da juventude negra.

Dois mil e onze é também o Ano Internacional dos Afrodescendentes. Que interessante eu fazer meu primeiro pronunciamento em 2011.

Quero destacar as contribuições dos Deputados Jamil Murad, Nivaldo Santana, Sebastião Arcanjo - o Tiãozinho - Vicente Cândido, Alberto Hiar - Turco Loco - e o meu nobre Deputado José Cândido.

Neste momento histórico temos que selar compromissos para mudar os cenários materiais desvantajosos aos negros e negras. Apesar de representarem 33,8 da população paulista, os negros somam 44% da população carcerária.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

* * *

Espero em Deus honrar cada voto recebido. Que o Estado de São Paulo seja cada vez melhor e verdadeiramente melhor para todas as pessoas.

Quero agradecer à minha mãe, Dona Leci, à Deputada Theodosina, agradecer a cada mulher que com garra e ternura tem ajudado construir um Brasil melhor, e a cada homem que com respeito, coragem, carinho e cumplicidade ajudam nessa construção.

Peço licença ao Exmo. Sr. Presidente e aos Srs. Deputados e Deputadas para me ausentar desta Casa porque fui convidada para estar no Palácio do Bandeirantes para acompanhar o lançamento do projeto "São Paulo contra o racismo". Que Deus abençoe a todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, estivemos há algumas horas na região do Itaim onde houve uma manifestação de professores, de alunos e de várias associações protestando contra a decisão absurda do prefeito Gilberto Kassab de vender para empreiteiras terreno municipal de 20 mil metros quadrados, uma área onde há escola pública, uma escola estadual que atende alunos do ensino fundamental e médio, uma Emei, uma creche, uma biblioteca municipal, um teatro, uma UBS, uma Apae, sem falar que trata-se de uma área verde quase tombada pelo Patrimônio Histórico e Ambiental de São Paulo.

Ele anunciou a venda da área para as empreiteiras construírem ali condomínios luxuosos, talvez um shooping center. Trouxemos a foto da manifestação. A atriz Eva Vilma participou da manifestação assim como setores da Igreja Católica, de Igrejas Evangélicas, contra esse crime em relação ao patrimônio público construído com dinheiro da população desta cidade.

A justificativa apresentada pelo prefeito é de que a venda é para que a empresa compradora construa 200 creches na periferia. Primeiro, tem dinheiro no Orçamento, nos cofres do município para construção de creches na periferia. Recentemente o Governo Estadual fez convênio com a Prefeitura repassando 80 milhões de reais para a construção de creches na periferia, para atender à demanda. E nós defendemos que a demanda seja atendida. A Prefeitura tem obrigação de fazer isso. O prefeito usa essa justificativa para vender o patrimônio público, ele está transformando a cidade de São Paulo numa imobiliária. Ele está vendendo o patrimônio público e anunciou também a venda do espaço da subprefeitura de Pinheiros.

Já tivemos um exemplo disso aqui na capital, quando da venda de um terreno na Vila Nova Conceição, em 2004, quando a ex-Prefeita Marta Suplicy fez uma troca com uma dessas empresas. Era um terreno onde havia a Escola Estadual Martin Francisco e uma UBS. Organizamos um grande movimento na época em que eu era vereador de São Paulo e conseguimos deter o que considero um verdadeiro crime contra a educação e contra saúde. Agora temos de volta a reedição desse movimento de liquidação do patrimônio público para entregar os nossos terrenos municipais e os nossos equipamentos públicos para as empreiteiras, para as construtoras.

Então, enquanto estávamos realizando essa grande manifestação, com toda a comunidade, no Itaim, o Prefeito Gilberto Kassab estava aqui no auditório Franco Montoro, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, lançando o seu novo partido político, que nasceu errado. Para burlar a legislação eleitoral, até mudou de nome. Ficou tão desgastado, que mal nasceu já foi obrigado a mudar de PDB para PSD. O prefeito não se preocupa mais com a cidade de São Paulo, se preocupa apenas com a sua candidatura a governador do Estado de São Paulo em 2014. É um fato paradoxal.

Enquanto a população está perdendo os equipamentos públicos - creche, Emei, escola estadual, posto de saúde, CAPS - que cuidada da saúde mental da população - esse quarteirão inteiro é conhecido como o quarteirão da vida, da saúde, da educação, porque temos vários equipamentos que funcionam muito bem e com qualidade. Ao invés de o Prefeito Gilberto Kassab utilizar esse quarteirão como exemplo de equipamentos públicos que funcionam de fato, ele vai vender o terreno com todos esses equipamentos.

Então, Sr. Presidente, já acionamos o Ministério Público estadual. Já há um inquérito civil no Ministério Público investigando a possibilidade da venda desse terreno. Também organizamos uma audiência pública no mês passado. E mais, apresentamos um requerimento de convocação do Prefeito Gilberto Kassab para que ele venha à Assembleia Legislativa não para fazer o lançamento de um partido político, mas sim para depor na Comissão de Educação. Ele tem de explicar por que vai fechar uma escola estadual que atende mais de 1500 alunos nas áreas do ensino fundamental e médio. Isso é um crime constitucional contra o patrimônio público, sobretudo contra todos os habitantes da cidade de são Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Olímpio Gomes, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PDT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, cidadãos que nos acompanham pela TV assembléia, volto a esta tribuna para fazer coro à manifestação do nobre Deputado Jooji Hato, vítima da violência no final de semana, como milhares e milhares de cidadãos em todo o Estado de São Paulo.

Tenho manifestado minha preocupação, como profissional da segurança pública que ingressou na Polícia Militar do Estado de São Paulo há mais de 33 anos, e vejo com muita preocupação um marketing policial, uma pirotecnia policial na mídia sendo utilizada como instrumento para enganar a população em relação à segurança pública.

Nesse final de semana saiu publicada uma matéria na revista "Carta Capital' sob o título "Secretário sem Segurança", em que falo exatamente da minha preocupação - não é para fazer proselitismo político, manifestação de oposicionista; nada disso - que é muito grande, em relação aos rumos da segurança pública porque investimentos mais do que necessários nos recursos humanos da segurança pública não existem.

Prodesp SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp em 09/07/2024 18:39:16.
Nº de Série do Certificado: 5f935abe-a8d3-49e0-94a9-50dc5bf6b876
[Ticket: 66917795] - www.imprensaoficial.com.br